

Brasília e a chama da migração que não se apaga

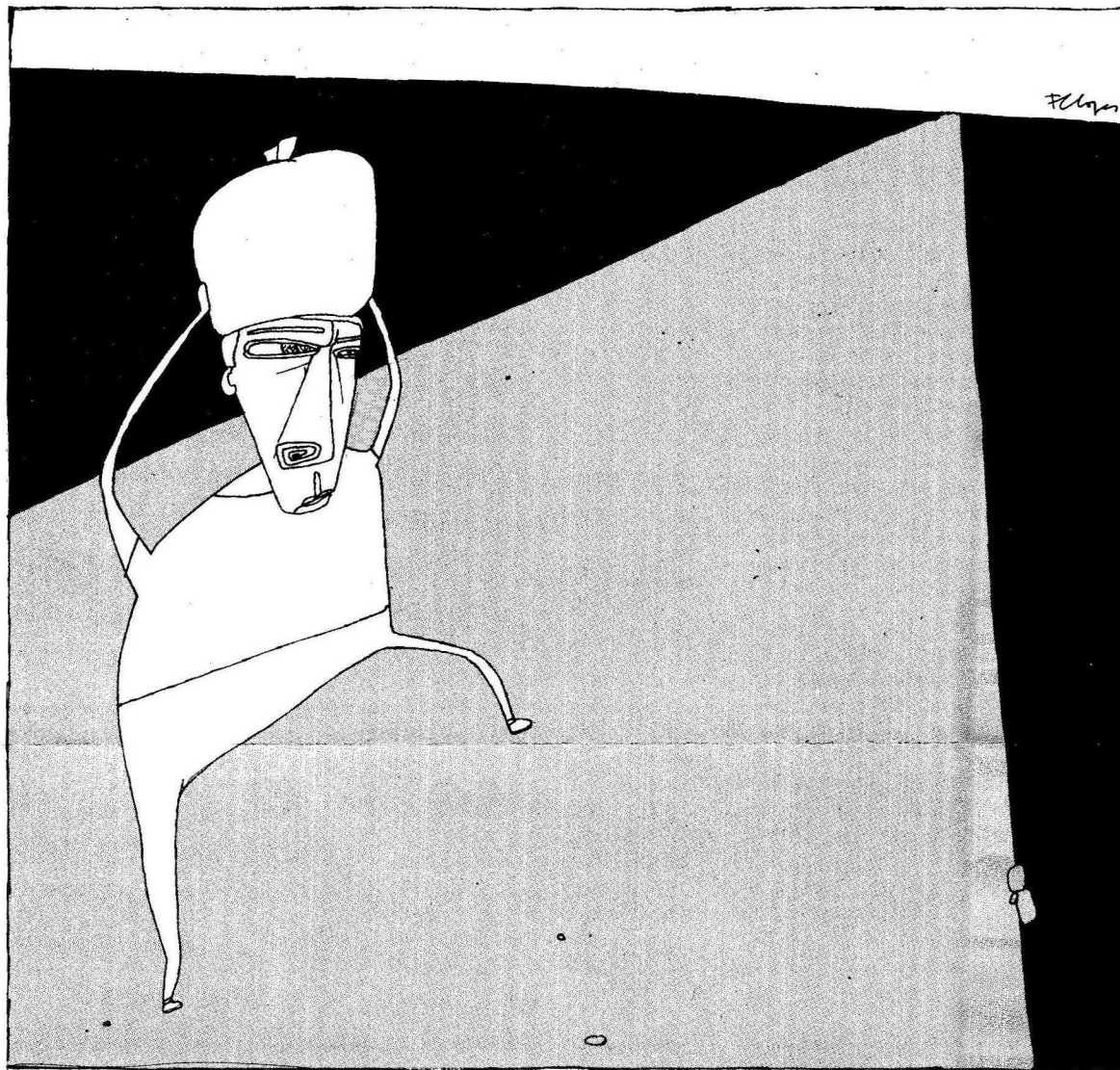
ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES

Provocado pelo Governo do Distrito Federal, o tema das migrações para Brasília tem utilizado, nos últimos dois meses, grande espaço na imprensa e tem-se tornado um assunto do momento. Os políticos do Nordeste têm sido acusados de promover a vinda das populações pobres para Brasília, e o governador Joaquim Roriz transformou o assunto numa questão política. Prefeitos e governadores do Nordeste passaram a ser os responsáveis pela migração da pobreza que, saindo do meio rural do Nordeste, se move em busca de melhores condições de vida em outras paragens.

A acusação é injusta. Não que inexistam prefeitos que atendam a pedidos de pessoas pobres que querem mudar-se para o Distrito Federal. Com certeza não se trata de um programa dirigido de migrações, mas sim de um movimento natural e histórico. Qualquer pessoa que analise o problema das migrações vai identificar que estas são causadas basicamente por dois tipos de forças: na região de origem, as forças de expulsão; na região de destino, as forças de atração.

O Nordeste, e especialmente o Nordeste rural, tem-se constituído ao longo da sua história numa região onde as forças de expulsão predominam sobre as de atração. Por isso, a população do Nordeste, que há cem anos representava 45% da população brasileira, representa hoje apenas 28%. A tendência é de que essa participação se reduza ainda mais, porque continuam prevalecendo os fatores de expulsão. A causa da grande predominância desses fatores no Nordeste é a persistência da pobreza e do subdesenvolvimento — em consequência da ineficácia das políticas de desenvolvimento regional até agora implementadas.

Do lado dos fatores de atração nas regiões de destino, a oferta de emprego, a disponibilidade de infra-estrutura, a maior disponibilidade de serviços sociais representam fatores de grande importância. Brasília é um caso muito especial. Por definição, precisou atrair do País inteiro aqueles que viriam a constituir a sua população. A grande oferta de empregos na construção civil atraiu milhares de brasileiros de todas as regiões, e particularmente de nordestinos, que aqui vieram para dar a sua contribuição ao erguimento da Capital. Naquela



época, o seu papel foi reconhecido. Carinhosamente foram chamados de candangos e até mereceram uma bela estátua na Praça dos Três Poderes.

Brasília sempre continuou exercendo um forte poder de atração sobre as populações do Nordeste. Em geral, as pessoas que para aqui vieram conseguiram melhorar de vida. Alguns ficaram ricos. Outros continuam pobres, mas têm um teto, conseguem alguma renda, os filhos vão à escola. Aos olhos dos parentes que enfrentam a miséria, as relações sociais injustas e as secas periódicas, eles parecem bem. Por que também não migrar para Brasília?

Nos últimos dois anos, um novo e forte fator de atração veio somar-se aos já existentes. Por razões políticas, o Governo do Distrito Federal promoveu uma ampla distribuição de lotes para a população de baixa renda, criando em poucos meses uma cidade — Samambaia — com 150.000 habitan-

tes. Uma cidade sem água, sem asfalto, sem infra-estrutura. Mas para aquelas pessoas que receberam um pedaço de chão representava a realização de um sonho. Agradecidos, votaram no seu benfeitor e o fizeram, pelo voto direto, o governador do Distrito Federal. Escreveram aos parentes. A notícia se espalhou, silenciosamente, pelos mais longínquos rincões do interior. Qualquer pessoa com um mínimo de entendimento da problemática das migrações sabia que isso aconteceria. Sabia também que Brasília não teria condições de resolver o problema de todos os excedentes populacionais do País e que, em algum momento, as pressões sobre a infra-estrutura da Capital se tornariam insuportáveis. Novas invasões surgiriam, novas favelas, novos acampamentos. Tudo isso era previsível e foi estimulado pelo aumento das forças de atração, em Brasília, diante da quimera do lote próprio.

Quando decidem migrar, as pessoas utilizam de todos os meios. Os jornais de Brasília têm publicado

muitas histórias a respeito, algumas emocionantes. O homem que veio de Iguatu, no Ceará, a pé, andando mais de 2.000 quilômetros. Os que vêm de carona, ou de pau-de-arara. Os que venderam o pouco que tinham para comprar as passagens de ônibus. E os que foram pedir ao prefeito ou ao deputado o dinheiro da passagem. As pessoas vêm de qualquer jeito. E quando aqui chegam, enfrentam as dificuldades, mas não querem voltar. A maioria não volta. Por pior que seja, acham que aqui vão melhorar de vida.

Essas pessoas têm todo o direito de buscar melhores condições de vida. São pessoas humanas, trabalhadoras. Sua pobreza e ignorância é fruto da falta de oportunidade e da inoperância das políticas. Sempre que tiveram a oportunidade de trabalhar e contribuir, assim o fizeram. A construção de Brasília é o grande exemplo. Merecem o nosso respeito e a nossa admiração. Não deveriam ser tratadas com desprezo e preconceito, como indesejáveis.

A atual campanha que se faz contra os migrantes nordestinos, colocando sobre os prefeitos e governadores dos Estados do Nordeste a culpa pelo aumento do fluxo de pobres para Brasília, além de injusta é também enganadora. Não reconhece que o aumento migratório é consequência da própria política que beneficiou o atual Governo. Sugere soluções enganosas para o problema nas regiões de origem, como a construção de assentamentos no próprio Nordeste. Este tipo de sugestão desconhece que as pessoas querem os assentamentos perto dos lugares onde possam vir a ter um emprego e acesso a serviços sociais. De nada vale um assentamento no meio da caatinga. Por outro lado, todas as médias e grandes cidades do Nordeste já estão inchadas e dispõem de péssimos serviços de infra-estrutura. As favelas já estão invadindo as periferias até mesmo das pequenas cidades. Ainda assim, muitos dos que migram do meio rural, na verdade a maioria, permanece nas metrópoles e núcleos urbanos da região.

A atual campanha contra os nossos irmãos migrantes deixa de chamar a atenção para a necessidade de uma política estável de desenvolvimento do Nordeste. Neste campo, a experiência tem sido lastimável: o Governo tem sido incapaz de manter os programas de desenvolvimento, especialmente aqueles voltados para a erradicação da pobreza rural. Não há continuidade das políticas e dos programas. Não há respeito ao que já vem sendo feito, porque cada Governo quer ter sua marca registrada. Não há recursos e as instituições são enfraquecidas. Ao mesmo tempo, a opinião pública lê continuamente nos jornais sobre a destinação de bilhões de dólares ao Nordeste: esses, dinheiros na maioria das vezes não existem, como no plano de US\$ 14 bilhões anunciado no início do atual Governo Federal; quando existem, não se concretizam, porque o Governo tem sido incapaz de manter os seus programas; e quando se concretizam são insuficientes, e, pior ainda, são interrompidos antes de darem frutos.

Enquanto isso, a população pobre do meio rural continua vulnerável e sem esperança. A carta de um parente com a visão de um lote em Brasília pode reacender a chama da esperança e fazê-la, mais uma vez, colocar os trechos na cabeça e ganhar a estrada.

□ Antônio Rocha Magalhães, da Comissão de Justiça e Paz de Brasília